

O Brasil com tempo para renegociar

31 AGO 1984

GAZETA MERCANTIL

por José Casado
de São Paulo

O governo brasileiro está, realmente, decidido a dar um curso diferente à próxima negociação com os credores estrangeiros, prevista para o último trimestre, cujo tema central será o programa econômico do País para 1985 — a ser executado pelo sucessor do presidente João Figueiredo.

E o que diz o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, que se mostra otimista quanto a isso: "Nós vamos mudar um pouco o quadro da negociação com os banqueiros; não vamos negociar do dia para a noite como víhamos fazendo, por absoluta necessidade, nos últimos dois anos, e, com toda certeza, vamos conseguir melhores condições para o programa externo do ano que vem".

Ontem, em São Paulo, Pastore explicou a este jornal por que esta será uma negociação "diferente". O ponto fundamental, diz ele, é que o País fecha 1984 com um "caixa" de US\$ 6 bilhões: "As pessoas já se acostumaram a ver essa previsão nos jornais; o

que, em geral, não se percebeu ainda é que, quando dizemos que vamos ter US\$ 6 bilhões ou mais no 'caixa', estamos falando que, desta vez, o País tem tempo para negociar".

Na sua avaliação, "isso é crucial". Acrescenta: "Desta vez, o tempo está a nosso favor. Não precisamos fechar um programa econômico anual no espaço de 24 horas, pressionados pela situação de plena iliquidez. Por isso, nós vamos usar o fator tempo nessa próxima negociação. E usará com o sentido de obter vantagens reais, que redundem em maior flexibilidade da parte dos credores para com nossas necessidades de crescimento econômico. Podemos levar um tempo razoável negociando, porque temos 'caixa'. E porque temos 'caixa' podemos, desta vez, ser firmes nas exigências, no limite máximo possível. Da minha parte, tenho certeza de que vamos conseguir muito mais do que já alcançamos em negociações semelhantes, nos anos anteriores".

Um dos parâmetros com que trabalha o governo, na preparação dessa próxima rodada de gestões com os credores externos, é o caso do México. Tanto Pastore quanto José Carlos Madeira Serrano, diretor da área internacional do Banco Central, consideram que o México conseguiu "avanços" expressivos. Serrano, ouvidão no Rio pelo editor Alaor Barbosa, disse que o governo brasileiro só abrirá negociações sobre o programa externo de 1985 após recolher mais informações sobre o caso mexicano.

Já se sabe, disse Serrano, que o México conseguiu prazo de pagamento de catorze anos para a dívida que vence em 1985. Esse prazo se reduz para treze anos na parcela referente a 1986, para doze anos para a que vence em 1987 e onze anos para os títulos de 1988. A carência — pagamento apenas dos juros sem desembolso do principal — foi uniformizada em quatro anos.

Galvães acabara de ouvir uma recomendação de Fred Bergsten, ex-secretário assistente do Tesouro dos Estados Unidos, no governo Carter: a de que a nova renegociação deve incluir um teto para os juros, e o excedente deve ser capitalizado. E a capitalização, se possível, ocorreria com uma linha de crédito do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Antes de voltar a Brasília, onde trabalharia no texto final da nova carta de intenções do Brasil ao FMI, Galvães ouviu de Norman Bailey, ex-secretário do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, a informação de que vinte das maiores empresas industriais e comerciais norte-americanas pretendem criar, em setembro, um organismo para negociar seus créditos comerciais atrasados com os governos de países endividados. Bailey disse que várias empresas norte-americanas têm créditos comerciais entre US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão com o Brasil, com atraso superior a seis meses — uma informação que o Banco Central não confirmou.

(Ver páginas, 2, 6 e 18)

O ministro Ernane Galvães, da Fazenda, que ontem, em São Paulo, encerrou o seminário "Alternativas sobre a Reestruturação Econômica Mundial", observou que o Brasil "não pensa em pagar sua dívida; o nosso problema é, realmente, obter condições favoráveis para fazer frente ao 'serviço' — juros mais amortização — da dívida. A redução da dívida, na sua visão, "pode até ser importante, mas nunca entrou nas conversas com os banqueiros".